



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES - CFP
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA - UNAGEO
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

FRANCIS MARLEY DE OLIVEIRA ALBUQUERQUE

**DESENVOLVIMENTO TERRITÓRIAL RURAL E O PROGRAMA ARCA DAS
LETRAS**

CAJAZEIRAS – PB
2018

FRANCIS MARLEY DE OLIVEIRA ALBUQUERQUE

**DESENVOLVIMENTO TERRITÓRIAL RURAL E O PROGRAMA ARCA DAS
LETRAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Graduada, pelo Curso de Licenciatura em Geografia, da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.

Linha de pesquisa: Geografia Agrária
Orientador: Dr. Josias de Castro Galvão

CAJAZEIRAS – PB
2018

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
Josivan Coêlho dos Santos Vasconcelos - Bibliotecário CRB/15-764
Cajazeiras - Paraíba

A345d Albuquerque, Francis Marley de Oliveira.
Desenvolvimento territorial rural e o programa Arca das Letras /
Francis Marley de Oliveira Albuquerque. - Cajazeiras, 2018.
46f.: il.
Bibliografia.

Orientador: Prof. Dr. Josias de Castro Galvão.
Monografia (Licenciatura em Geografia) UFCG/CFP, 2018.

1. Território rural. 2. Desenvolvimento rural. 3. Programa Arca das
Letras. 4. Leitura. 5. Zona rural. I. Galvão, Josias de Castro. II.
Universidade Federal de Campina Grande. III. Centro de Formação de
Professores. IV. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU - 911.373+028

FRANCIS MARLEY DE OLIVEIRA ALBUQUERQUE

**DESENVOLVIMENTO TERRITÓRIAL RURAL E O PROGRAMA ARCA DAS
LETRAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Graduada, pelo Curso de Licenciatura em Geografia, da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.

APRESENTADO EM 09/04/2018

BANCA EXAMINADORA

Prof Dr. Josias de Castro Galvão

UFCG

Prof. Dr. Francisco Roselândio Botão Nogueira

IFPB - SOUSA

Profa Dra. Ivanalda Dantas Nóbrega di Lorenzo

UFCG

Dedico este trabalho, em especial, aos meus avós maternos, **Francisco de Assis** (*in memoriam*) e **Creuza Josefa da Conceição** exemplos de muita retidão, coragem e dedicação, a minha mãe, **Marta Maria de Oliveira Albuquerque** por sua luta e bravura, exemplo de mulher, a minha esposa **Rafaelly Delmira Saraiva de Albuquerque** por sempre acreditar na dádiva da vida, exemplo de ser humano, e ao meu filho **Samuel Saraiva de Oliveira Albuquerque** ser cativante e amoroso.

AGRADECIMENTOS

Em reconhecimento ao coletivo, que de forma participativa ou não me ajudou na construção dos resultados deste trabalho diante de um debate bastante complexo que é o desenvolvimento territorial rural sustentável.

Agradeço a Deus pela vida, que mesmo enfrentando muitos desafios, estou conseguindo contorná-los e seguir em frente, pois sei que são sequencias na minha formação como ser humano.

A minha mãe **Marta Maria**, aos meus irmãos, **France Marlyne**, **Frankley Marlyson**, pela amizade, amor ,colaboração, e conversas ao longo desses anos. E ainda, a minha tia **Maria Neuma**, pelo apoio incondicional durante o meu trajeto de vida. A minha amada esposa **Rafaelly Delmira** e meu filho **Samuel Saraiva**, agradeço por dias maravilhosos de amor, dificuldades e alegrias.

Ao meu estimado orientador, professor Dr. **Josias de Castro Galvão**, pela paciência, incentivo, orientação, contribuição, confiança, enfim por tudo. E também, ao professor **Dr. Francisco Roselândio Botão Nogueira** por sua luta em favor da mudança social e intelectual das comunidades rurais e a professora **Dr^a Ivanalda Dantas Nóbrega di Lorenzo** por suas palavras de coragem, pelas conversas que foram e serão sempre importantes em minha vida.

As minhas estimadas professoras **Dr^a Cícera Cecília Esmeraldo Alves** e **Bernadeth** pelos conselhos e conversas que muito me ensinaram.

Aos meus respeitados professores, e colegas de turma do **Curso de Licenciatura em Geografia**, da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG/CFP, que contribuíram de maneira significativa, para a concretização desse trabalho. Foi árduo, porém, muito gratificante.

Ao **NEDET** por todas as contribuições, para a construção dessa pesquisa, e ao **PIBID** por proporcionar os diversos conhecimentos e por me preparar como ser humano. A **Maria do Socorro Ferreira**, do **Assentamento Santo Antônio**, a **Josefa Alves Vieira (Nelsa)**, do **Assentamento Frei Damião I** pela luta incansável destas guerreiras e pelas contribuições dadas ao longo do trabalho do **NEDET** e para a realização desse trabalho.

Finalmente, a todos que de forma participativa ou não, deram suas contribuições para a efetivação dessa experiência.

Muito obrigado!

RESUMO

O presente trabalho objetiva analisar o processo da política de desenvolvimento territorial e verificar o funcionamento do Programa Arca das Letras em comunidades rurais, tendo como recorte o Território Rural Alto Sertão – Paraíba, Região semiárida do Nordeste brasileiro. O debate sobre o rural-urbano supõe pensar em conceitos teóricos, e relações sociais, desse modo o rural e o urbano são compreendidos pelo cenário social, os arranjos é o que os diferenciam. Assinalamos a importância de políticas públicas de incentivo à leitura voltada para as pessoas da zona rural, desenvolvidas de forma democrática entre a sociedade civil e o Governo. Isso por meio da experiência da leitura através do Programa Arca das Letras, da Secretaria de Desenvolvimento Agrário, atualmente, Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário vinculada a Casa Civil. A metodologia utilizada foi a pesquisa exploratória qualitativa na qual buscamos através de visitas a campo e observações realizadas nas comunidades receptoras das Arcas das Letras para verificar o funcionamento das mesmas. A fundamentação teórica está respaldada em autores que discutem sobre Território: Claude Raffestin (1993), Rogério Haesbaert (2007), Milton Santos (2000). Resultados parciais desta pesquisa apontam que os agentes de leitura realizam trabalho importante de forma voluntária e prazerosa, no aperfeiçoamento do programa Arca das Letras com empréstimos e manutenção dos locais onde estão instaladas as Arcas, além de orientar e articular as comunidades rurais, para usufruírem das bibliotecas, porém falta monitoramento das Arcas.

Palavras-chaves: Território Rural, Desenvolvimento, Programa Arca das Letras.

ABSTRACT

The objective of this work is to analyze the territorial development policy process and verify the functioning of the Arca das Letras Program in rural communities, as a cut - off of the Alto Sertão - Paraíba Rural Territory, a semi - arid region of Northeast Brazil. The rural-urban debate involves thinking about theoretical concepts and social relations, in this way the rural and the urban are understood by the social scene, the arrangements are what differentiate them. We emphasize the importance of public policies to encourage reading aimed at people from rural areas, developed in a democratic way between civil society and the Government. This is through the experience of reading through the Arca das Letras Program of the Secretariat of Agrarian Development, currently the Special Secretariat for Family Agriculture and Agrarian Development linked to the Civil House. The methodology used was the qualitative exploratory research in which we searched through field visits and observations made in the receiving communities of the Arcas das Letras to verify their functioning. The theoretical foundation is supported by authors who discuss Territory: Claude Raffestin (1993), Rogério Haesbaert (2007), Milton Santos (2000). Partial results of this research indicate that the reading agents carry out important work in a voluntary and pleasant way, in the improvement of the Arca das Letras program with loans and maintenance of the places where the Arcas are installed, besides orientations and articulation of the rural localities, but lack of monitoring of the Arcas.

Keywords: Rural Territory, Development, Arca das Letras Program.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Biblioteca Arca das letras

34

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Quantitativo de territórios participantes dos NEDET no Brasil

28

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Parâmetros de base para homologação de um território rural	22
Quadro 2 - Eixos temáticos da 1ª Conferência Territorial das Juventudes Rurais	31

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dados anuais do Programa Arca das Letras 2003/2016	26
Tabela 2 - Quantitativo de NEDET por tipologia de Territórios	27
Tabela 3 - Composição do Colegiado e Representação Social	30

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASA – Articulação do Semiárido

ASDICA – Ação Social da Diocese de Cajazeiras - PB

ATER – Assistência Técnica em Extensão Rural

CAAASP – Central dos Assentamentos do Alto Sertão da Paraíba

CEDRS – Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável

CFP – Centro de Formação de Professores

CGAC – Coordenação Geral de Ação Cultural

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CONDRAF – Conselho Nacional Desenvolvimento Rural Sustentável

COT – comissão organizadora territorial

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FETAG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura

GT's – Grupo de Trabalho

IFBDS – Instituto Frei Beda de Desenvolvimento Social

IFPB – Instituto Federal de Ciência e Tecnologia da Paraíba

MDA – Ministério do desenvolvimento Agrário

MINC – Ministério da Cultura

MST – Movimento dos sem terras

NAESP – Núcleo de Estudos em Agricultura Ecológica do Sertão Paraibano

NEDET – Núcleo de Extensão e Desenvolvimento Territorial

ONGs – Organizações não Governamentais

PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PNLL – Plano Nacional de Leitura e livro

PROINF – Projeto de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONAT – Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PRONATER – Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária

PT – Partido dos Trabalhadores

PTC – Programa Territórios da Cidadania

SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial

SEAD – Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário

SGE – Sistema de Gestão Estratégica

SPM – Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres

SRA – Secretaria de Reordenamento Agrário

STTR – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

UFMG – Universidade Federal Campina Grande

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
Metodologia.....	18
1. A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	20
1.1 Política Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), no Brasil e na Paraíba.....	20
1.2 Histórico Território Rural do Alto Sertão	23
1.3. Histórico do Programa Arca das Letras	26
2. ATUAÇÃO DO NEDET NO TERRITÓRIO RURAL ALTO SERTÃO	27
2.1 Programa Arca das letras.....	33
2.2 Implantação do Programa Arca das Letras no Alto Sertão Paraibano	34
3. ACOMPANHAMENTO DAS ARCAS DAS LETRAS	37
3.1 Descrições do acompanhamento do Programa Arca das Letras em algumas comunidades rurais do Território Alto Sertão.	37
3.2 Discussão do acompanhamento do Programa Arca das Letras	40
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS	44
ANEXO	46

INTRODUÇÃO

A pesquisa se faz a partir da prática, a vivência, a teoria, os questionamentos que despertam a curiosidade sobre determinado problema. Durante o nosso percurso no curso da graduação de licenciatura em Geografia pela Universidade Federal Campina Grande (UFCG), teve-se o grande privilégio de participar de um projeto de extensão intitulado Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial – NEDET, e também do programa de iniciação a docência – PIBID.

O projeto coordenado pelo professor Dr. Josias de Castro Galvão com proposta da criação do NEDET, foi o primeiro e importante projeto onde entrei como colaborador, isso aconteceu devido a grande experiência vivida à frente do PAA, na secretaria de agricultura de Cajazeiras – PB, e após alguns meses de trabalho realizado a frente do NEDET e por me envolver cada vez mais sobre o tema desenvolvimento territorial, passei a ser bolsista CNPq, posteriormente após o prazo de vigência da bolsa continuei como colaborador na qual sou muito grato ao professor Doutor Josias de Castro Galvão (UFCG) pela oportunidade e confiança como também a experiência adquirida durante o período de vigência do projeto que foi 2015 á 2017.

O PIBID, programa onde estive bolsista pela CAPES através de seleção feita na UFCG, sob coordenação geral da professora Doutora Iveralda Dantas Nóbrega dí Lorenzo (UFCG), e a coordenação de subprojeto Geografia, da professora Doutora Cícera Cecília Esmeraldo Alves (UFCG), e supervisão da professora Maria Alves Bezerra da E.E.E.F.M Professor Crispim Coelho. Comecei minha trajetória na docência, com diversas ações propostas e elaboradas em conjunto com outros bolsistas da Geografia, pude perceber a importância de um programa que fizesse a ponte entre universidade e escola, e parceria entre aluno da universidade e professor da educação básica, e compreender que os futuros docentes precisam de programas dessa envergadura para preparar mão de obra qualificada para atuarem na educação desse país, e transpor os limites do muro da escola. Essa é a breve historia do caminho trilhado durante o período de pesquisa sobre desenvolvimento territorial.

Este trabalho tem como propósito estabelecer um pensamento que se apoie com base na teoria geográfica, porque antes de começarmos a nos debruçar sobre a pesquisa onde envolve o Desenvolvimento territorial e o Programa Arca das Letras, questiona-se qual possível trajeto poderíamos seguir colocando a Geografia em evidência. Tal pensamento é

importante pelo fato de que outras ciências como a Sociologia, Filosofia, Ciências Biológicas se apropriarem da categoria de análise ao qual nos propomos discutir que é o Território.

Quando falamos na categoria Território partimos da compreensão que este é um importante instrumento para a Geografia. Através do território podemos identificar as dinâmicas entre os indivíduos, grupos ou instituições que se comunicam entre si, e que também subtraem ou isolam determinado território (COSTA, 2007).

O território brasileiro se apresenta com uma grande extensão territorial, onde prevalecem os latifúndios, isso vem a refletir nas desigualdades econômicas, sociais e naturais profundas expressas, sobretudo no Nordeste brasileiro.

Sabe-se que na década de 1980 o país passava por um contexto de reformas, de redemocratização da sociedade brasileira, e neste contexto os movimentos sociais do campo, tiveram papel fundamental na luta por políticas que pudessem reverter os efeitos de uma economia prejudicial aplicada durante os anos da Ditadura Militar (1964-1985).

Nas últimas décadas do século passado, as lutas sociais foram importantes para que pudessem ser reconhecidos direitos à população do campo, como o direito a Educação Básica e Superior Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (PRONERA). Mesmo com projetos de iniciativas importantes para Educação Do Campo onde oportunizou a população do campo brasileiro o direito e acesso ao Ensino Básico, ainda persistem os indicadores de desigualdade da população que habita no campo, especialmente se nos reportarmos ao recorte temporal.

De acordo com dados do Censo Escolar 2017 fonte (INEP 2018) as matrículas da rede privada estão predominantemente localizadas em escolas urbanas (99,1%), a rede municipal é a que apresenta a maior proporção de matrículas em escolas rurais (19,9%), seguido das Federais com (14,6%) e Estaduais com (5,6%). Estes dados são importantes, pois eles representam em números a atuação do poder público junto às comunidades rurais, mas é preciso investir em uma serie de fatores a começar pelo incentivo a leitura nas comunidades rurais, infraestrutura, formação de professores de forma a dirimir as injustiças sociais no campo.

Acreditamos que apreender a realidade e seus desafios sociais, instiga a capacidade humana a compreender as contradições e injustiças, as quais atingem a todos, mas, sobretudo a população socioeconômica menos favorecida que vive no campo. Não há dúvida que para mudar essa realidade é necessário incentivar o poder público para que a Educação Básica

chegue até essa população e que a escola é chamada a pensar, e atuar na mudança sociopolítica, destes povos.

Este trabalho tem como tema central a promoção do Desenvolvimento Territorial e também do incentivo a leitura com a implantação do Programa Arcas das Letras no Território Alto Sertão - PB. Entendemos que a escola é um dos espaços mais importantes de formação de leitores, mas devido às condições educacionais insuficientes das escolas do meio rural vem enfrentando diversos problemas, a questão do incentivo à leitura ainda está pouco explorada por vezes deixando esquecida a classe trabalhadora que vive e se reproduz no campo.

Dessa forma, buscamos com este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) analisar o processo histórico da Política de Desenvolvimento Territorial, e como foi desenvolvido o Programa Arca das Letras no Território Alto Sertão, quais foram os principais atores envolvidos nesse processo de implantação das Arcas, tendo como recorte o Território Rural Alto Sertão – Paraíba, Região semiárida do Nordeste brasileiro.

Metodologia

Essa pesquisa está baseada em análise qualitativa e participativa onde o autor deste trabalho participou de diversas plenárias e visitas de acompanhamento de diversas ações realizadas como bolsista e colaborador do NEDET/UFCG Campus de Cajazeiras na Paraíba, para realização e análise de resultados foram utilizados bancos de dados do IBGE , SDT/MDA, NEDET e levantamento bibliográfico como revisão teórica para o embasamento para nosso estudo através de autores conceituados, como: MILTON SANTOS 2000, RAFFENTIN 1993, COSTA 2007. Desta forma, investigamos o estágio atual do desenvolvimento territorial rural no Alto Sertão – Paraíba e o programa Arca das Letras, levando em consideração os índices que conferem desigualdade espacial no volume total de municípios apresentados pelo Território Alto Sertão que compreende uma área de 3.373,90km², com 39,99% da população total residindo no campo (IBGE, 2010).

A escolha dessa abordagem está posta, porque, acreditamos que dessa forma a pesquisa seja retratada tendo uma compreensão mais rica do que seja a política de desenvolvimento territorial, com a atuação do Programa Arca das Letras como método de combate a pobreza e a desigualdade no Alto Sertão Paraibano.

Como propõe Maanen 1979. p. 520 *apud* Neves, 1996:

A expressão pesquisa qualitativa assume diferentes significados no campo das ciências sociais. Compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrever e a decodificar os componentes de um sistema complexo de significados. Tem por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social: trata-se de reduzir a distância entre indicador e indicado, entre teoria e dados, entre contexto e ação.

Dentre as formas de análise qualitativa, escolhemos por fazer um resgate histórico da política territorial no Alto Sertão - PB. Essa análise constará de levantamento de atas e documentos de reuniões ordinárias e extraordinárias no banco de dados, com a finalidade de interpretar como se deu a surgimento do colegiado territorial, e de que forma os programas e projetos que vieram a fomentar o desenvolvimento no território.

Este trabalho está composto por quatro capítulos, sendo eles estruturados da seguinte maneira: o primeiro capítulo está composto da introdução, no qual apresenta uma abordagem geral dessa pesquisa, Nesse, expõe-se ainda sobre o detalhamento do tratamento do método e dos procedimentos da pesquisa científica.

No segundo capítulo, está exposta discussão teórica e conceitual construída a partir de pesquisas com base em bibliografia e trabalhos científicos no qual nos subsidiou com importantes autores do campo geográfico.

No terceiro capítulo, apresenta-se os dados referentes à atuação do NEDET no Território Alto Sertão e o papel de assessoria no desenvolvimento territorial.

No quarto capítulo, apresentam-se os dados levantados na pesquisa no qual se constitui como o foco do trabalho em questão que é o programa Arca das Letras, abordando o acompanhamento e discussão dos relatos de visitas as comunidades onde foram implantadas o Programa Arca das Letras como Programa de grande importância para o desenvolvimento das comunidades rurais.

1. A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Este capítulo tem como objetivo apresentar a política territorial no Brasil e na Paraíba, com uma política que vem fortalecer a atuação do Estado e dos atores locais na promoção do desenvolvimento, cujo objetivo é a mitigação das desigualdades econômicas e sociais entre as regiões do país.

Para os fins do presente trabalho, consideram-se os conceitos de território como representativo de escala geográfica. Entende-se que o desenvolvimento territorial política a ser compreendida, contribui para o desenvolvimento intermunicipal, na adoção das diretrizes políticas trazidas com o Governo Federal, a partir de 2003.

Trouxe como princípios a ampliação da participação social, especificamente para as regiões consideradas pobres, a adoção de uma abordagem territorial que integrasse as diversas dimensões necessárias ao efetivo desenvolvimento dessas regiões.

1.1 Política Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), no Brasil e na Paraíba.

O território como unidade de gestão surge como opção do Estado para gerenciar recursos federais, atribuindo um foco especial ao desenvolvimento social e econômico, buscando equilibrar as desigualdades existentes, com o processo da melhoria das condições de vida, em regiões no Brasil que apresentam altos índices de pobreza e analfabetismo.

No que se refere à abordagem de território feita pelo Governo Federal e seus órgãos governamentais, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) e o Ministério do desenvolvimento Agrário (MDA) definem o território como:

Um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relaciona interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial. (SDT/MDA, 2005, p. 07-08).

Aqui também se faz necessário dialogar, sobre o território marcado através das relações de poder, do momento e das circunstâncias do Brasil, no qual existe uma dinâmica

muito forte da ação do capital e da destruição de diversas culturas, como nos explica Oliveira (1994, P. 15):

O território capitalista brasileiro foi produto da conquista e destruição do território indígena. Espaço e tempo do universo cultural índio foram sendo moldados ao espaço e tempo do capital. O ritmo compassado do tictac do relógio no seu deslocar temporal, nunca foi a marcação do tempo para as nações indígenas. Lá, o fluir da história está contado pelo passar das "luas" e pela fala mansa dos mais velhos registrando os fatos reais e imaginários.

Raffestin (1993, P. 143) em sua obra Geografia do Poder faz referência à categoria território, como resultado das ações dentro do Espaço:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "têrritorializa" o espaço.

Partindo da reflexão de que o território é o palco das relações, realizações e apropriação do espaço, em que se tecem as diversas representações e controles, logo entendemos obviamente que ele é a imagem da dominação e da diferenciação entre os atores.

Portanto o território se apoia neste espaço como afirma Raffestin (1993, P. 144);

Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, uma empresa, um controle, portanto, mesmo se isso permanece nos limites de um conhecimento. Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações.

Quando propomos fazer um estudo sobre território se faz necessário analisar até onde vai a sua autonomia já que estes são responsáveis pela produção e reprodução do espaço. Essa autonomia não anda indissociável da política, da economia, da cultura, do social, nem tão pouco, isolado do capital que atua de forma global e se utiliza de mecanismos de exclusão.

Milton Santos (2000, p. 96) destaca que território não é apenas um conjunto de sistemas, pois;

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence.

Os critérios usados na definição dos territórios são variados e dependem dos propósitos dos governos e dos contextos políticos e econômicos no país. em que são consideradas as necessidades do desenvolvimento dos territórios, com participação ativa da

sociedade civil organizada na construção e implementação de ações, uma vez que é ela quem tem condições de apresentar com maior precisão os gargalos a serem solucionados.

Considerando-se essas definições, a seleção dos territórios rurais em que promovam ações futuras com o Programa Desenvolvimento de Territórios Rurais tem suas referências segundo parâmetros seguidos pela SDT, como mostra o Quadro 1:

Quadro 1 - Parâmetros de base para homologação de um território rural

I - Caracterização geral da denominação “Território Rural”, tendo por base as microrregiões geográficas que apresentam densidade demográfica menor que 80 habitantes por km ² e população média por município de até 50.000 habitantes.
II - Critérios de priorização a partir do foco de atuação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA): <ul style="list-style-type: none">✓ Concentração de agricultores familiares✓ Concentração de famílias assentadas por programas de reforma agrária✓ Concentração de famílias de trabalhadores acampados

Fonte: SDT/MDA, 2004 – Quadro elaborado pelo Autor 2018.

A partir daí, cada território rural é definido, e congrega os municípios do espaço selecionado e considera a divisão político-administrativa em estados e regiões¹ percebemos até aqui que a formulação dos territórios rurais é uma ação de Estado pensada para regiões rurais nas quais historicamente, foram construindo relações de pertencimento, com identidade cultural, e para que esse conceito ganhe força é preciso criar mecanismos que possam dar apoio as famílias rurais.

Assim, garantir a qualidade e estimular o bom uso dos bens e serviços, implica na adoção de diretrizes governamentais de regulação e administração dos espaços e lugares do território nacional garantindo assim a adoção de políticas públicas que viabilizem o desenvolvimento.

Este modelo que garante o fortalecimento dos territórios começa a ter uma base material enquanto Política Pública a partir do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) Decreto nº 1946, de 28 de junho de 1996; Resolução 2310, de 29 de agosto de 1996. O Governo Federal juntamente com o Conselho Nacional

¹ A proposta de regionalização do território brasileiro baseou-se na identificação de cidades-polo e dos municípios, tendo como conceitos território-rede e território-zona, demonstrando a pluralidade das formas de se interpretar o espaço e sua relação com os sujeitos sociais.

Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF) procuraram estabelecer um referencial para estruturação da política de desenvolvimento territorial, com a criação do documento com referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil, com foco no combate a pobreza no meio rural brasileiro (Ferreira 2012).

O território é utilizado como unidade de planejamento e gestão e se expressa na participação e na representatividade dos atores locais nos Colegiados Territoriais que é a instância política de deliberação sobre o processo de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e da cidadania no Brasil.

Com instrumentos que se ajustem as condições locais na formulação do planejamento territorial, contemplando a ação integrada entre as áreas social, econômica, de infraestrutura, ambiental, respeitando a identidade do território.

1.2 Histórico Território Rural do Alto Sertão

Antes da questão do desenvolvimento Territorial no Alto Sertão, o Território foi palco de conflitos entre camponeses e proprietários de terras onde localizavam açudes públicos como: Bartolomeu I em Bonito de Santa Fé, açude do Carneiro em Jericó, açude Riacho dos Cavalos e açude de pilões em Triunfo - PB.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT-Sertão) esteve à frente das primeiras lutas pela terra em 1988. Desvinculou-se da Diocese de Cajazeiras devido a conflitos internos dentro da Igreja, indo buscar, em Patos, o apoio do Bispo Dom Gerardo Ponte (OLIVEIRA, 2013).

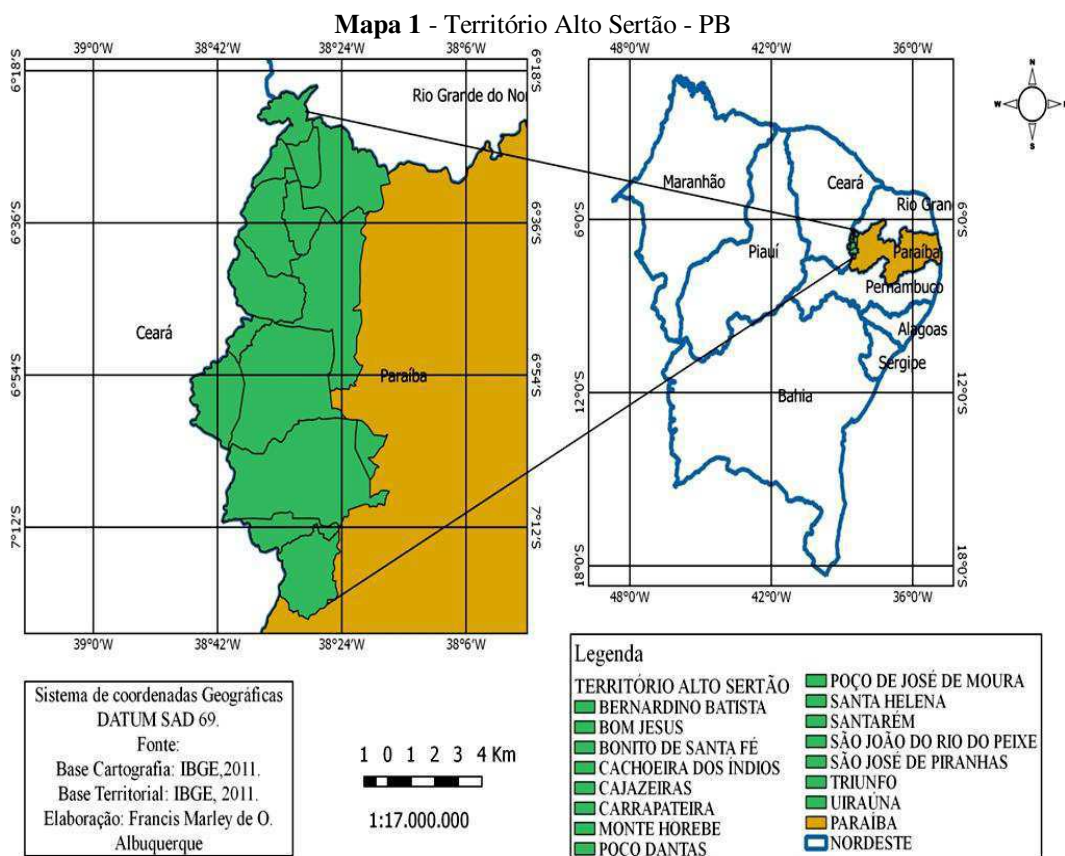
A CPT tinha na sua essência a busca do desenvolvimento da agricultura camponesa e fortalecimento da convivência com o semiárido. O grande empecilho para os camponeses era a falta de terra, e quando conseguiam eram desafiados pelos proprietários, gerando confusões e prisões, ocasionadas por mandados de desapropriação expedidos por juízes em favor dos antigos proprietários.

Na década de 1980, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras (MST) estava em grande evidência no país. Em 2001 a Central dos Assentamentos do Alto Sertão da Paraíba (CAAASP) foi criada com objetivo articular as associações de camponeses da Reforma Agrária.

Diante deste contexto de lutas é justamente a CAAASP que se propõe a articular os municípios para as reuniões de debates sobre os territórios e formulação do Território Rural

Alto Sertão. O Território Rural Alto Sertão foi homologado no dia nove de Junho de 2010 durante a realização da 3ª Reunião Ordinária do - Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS - PB). O Território Rural Alto Sertão faz parte dos oitos novos territórios homologados deixando o estado da Paraíba com 15 Territórios Rurais.

O reconhecimento e a importância da política de desenvolvimento territorial na Paraíba por meio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF) só veio a ocorrer em 23 de maio de 2013, através da Resolução Nº 94, que incorporou o Território Rural Alto Sertão ao Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT). O Território Rural Alto Sertão na Paraíba, localizado na região Nordeste, é composto por 15 municípios: Bernardino Batista, Cajazeiras, Bom Jesus, Cachoeira dos Índios, Bonito de Santa Fé, Monte Horebe, Carrapateira, Joca Claudino, Poço de José de Moura, Poço Dantas, São João do Rio do Peixe, São José de Piranhas, Uiraúna, Triunfo, como mostra o Mapa 1.



Fonte : IBGE, 2011/Elaborado pelo autor, 2018

A primeira reunião sobre a criação dos Territórios Rurais no Alto Sertão aconteceu em 2008, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Aparecida com a participação do MDA, Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado da Paraíba (FETAG-PB), CPT, CAAASP, Articulação Semiárido Brasileiro (ASA-PB) em que na oportunidade o Delegado do MDA o Sr. Marenilson Batista da Silva e o presidente da FETAG-PB, Sr. Liberalino Ferreira de Lucena falaram sobre a importância da criação e do formato e dimensão do Território já que a Região do Alto Sertão é polarizada por Cajazeiras, Catolé do Rocha, Pombal e Sousa. Como mostra o anexo da Ata da reunião realizada no Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) do Município de Aparecida Paraíba.

Em 2008 com a criação do Território Rural Alto Sertão, a cidade de Cajazeiras Paraíba ficou como cidade polo do território, em 2009 após a criação do Território alto sertão foi criado o Colegiado de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Alto Sertão/PB, composto pelos representantes da Sociedade Civil e Poder Público para atuarem nos 15 Municípios do Território Alto Sertão na Paraíba.

Conforme as Resoluções Nº 48 e 52 do CONDRAF para que o Colegiado Territorial faça a gestão do desenvolvimento territorial, com eficiência, deve se estruturar, minimamente, a partir das seguintes instâncias: Plenário; Núcleo Dirigente; Núcleo Técnico e Câmaras Temáticas ou Câmaras Setoriais.

A I, Plenária Geral é a instância máxima do Colegiado Territorial que tem o papel de deliberar, tomar decisões estratégicas, ligadas ao processo de desenvolvimento do território. A II, Coordenação Executiva coordena as ações definidas pelas plenárias ordinárias e extraordinária Territorial, trabalha na articulação dos atores, instituições, elabora as propostas do regimento interno e suas alterações, além de coordenar o assessor técnico territorial. O III, Núcleo Técnico apoia o Colegiado Territorial através de técnicos de diversas organizações do poder público e da sociedade civil na gestão de projetos e recursos para o território. O IV, Comitês Setoriais /Câmaras Temáticas são espaços criados pelo Plenário do Colegiado. Tem o papel de propor, e articular temas específicos relacionados ao desenvolvimento rural sustentável. como por exemplo a criação de comitê de juventude, mulheres, câmara temática de inclusão produtiva.

O Território Alto Sertão conta com uma área de 3.404,91 km², uma população total de 167.971 habitantes. As especificidades em relação à população do território são aproximadamente, 8.158 estabelecimentos da agricultura familiar, 259 famílias assentadas, 02 comunidades de remanescentes de quilombolas.

1.3. Histórico do Programa Arca das Letras

O Programa Arca das Letras (VILLAR 2012) surgiu em maio de 2003, com um projeto piloto idealizado para contemplar cinco comunidades distribuídas entre os Estados de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Sul que pudessem subsidiar um projeto maior sobre bibliotecas rurais. Na Paraíba a comunidade escolhida para iniciar esse projeto foi o Assentamento da reforma agrária chamado Santa Catarina, localizado no município de Monteiro-PB

Primeiramente foram feitas reuniões com os moradores Assentamento Santa Catarina para discutir a importância do projeto para a comunidade. Pesquisas foram feitas, procurando estabelecer quais as preferências dos moradores, o nível de escolaridade, a produção agrícola, o tipo de trabalho, dessa forma foi possível traçar um perfil da comunidade. Também foram discutidas o local para a inserção da biblioteca e a confecção do móvel. Depois destas coletas de informações, a equipe do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) foram pra Brasília para estruturar o Projeto.

Em dezembro de 2003 o Ministério do Desenvolvimento Agrário lançou nacionalmente o Programa Arca das Letras. Considerando o Programa Arca das Letras desde sua criação em 2003 até o final de 2016, conforme Tabela 01, já beneficiou 572.961 famílias, entregando 5.311 bibliotecas, contendo 1.132.245 livros em 1.626 municípios e já capacitou 9.148 Agentes de Leitura.

Tabela 1 - Dados anuais do Programa Arca das Letras 2003/2016

ANO	MUNICIPIOS	FAMÍLIAS	BIBLIOTECAS	LIVROS	AGENTES
2003	03	1106	04	1963	06
2004	76	16921	267	64295	449
2005	186	69054	871	187056	1571
2006	253	80622	904	198312	1569
2007	129	51150	417	81146	786
2008	148	47875	481	96335	876
2009	212	68062	440	91809	780
2010	74	25351	196	43725	353
2011	110	45530	406	91933	697
2012	34	14916	121	29855	208
2013	60	29302	290	63360	410
2014	35	25386	247	54105	396
2015	130	39548	305	56151	444
2016	176	58138	362	72200	603
TOTAL	1.626	572.961	5.311	1.132.245	9.148

Fonte: NEAD/MDA - Arca das Letras 2018

2. ATUAÇÃO DO NEDET NO TERRITÓRIO RURAL ALTO SERTÃO

A Política Pública de desenvolvimento territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável veio se consolidando ganhado destaque nos discursos de governos passados, além do meio acadêmico na Ciência Geográfica, Ciências Econômicas, dessa forma foi preciso envolver todos os atores do território, estimulando e planejando os colegiados, e nesta perspectiva que surgem os Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET).

Os NEDET são entidades que foram instituídas para conduzir ações de extensão e assessoria aos Colegiados Territoriais e o acompanhamento das iniciativas de desenvolvimento territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário aos atores dos territórios rurais.

Este Programa foi mais um produto da política de desenvolvimento territorial instituída pelo Governo com os olhos voltados a melhoria social no meio rural, para estimular o planejamento nos Territórios e qualificar a participação do Colegiado Territorial. Sendo implementado com o propósito de promover pesquisa e extensão, monitoramento, avaliação, produção de dados, difusão de tecnologias sociais e assessoria aos Colegiados Territoriais.

Além do acompanhamento das iniciativas de desenvolvimento territorial na esfera do Programa Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária e do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres rurais do campo e das florestas.

Os NEDET surgiram primeiramente com um projeto-piloto em 2013, com a parceria entre SDT e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), onde foram proposto 16 projetos pelo MDA, com 14 projetos apresentados sendo 12 aprovados, articulando 10 universidades Federais e Estaduais em 08 Estados (PA, TO, RN, AL, MG, SP, PR, SC), para alcançar um total de 56 Território/Núcleos. Conforme tabela 2.

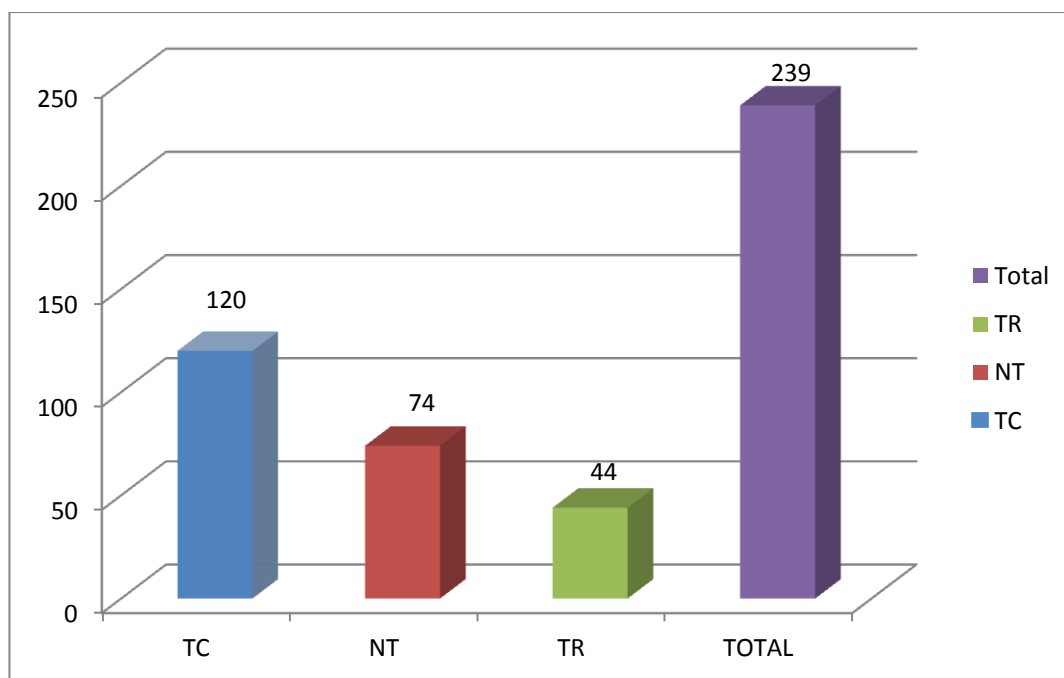
Tabela 2 - Quantitativo de NEDET por tipologia de Territórios

Programas	Quantidade
Territórios da Cidadania	32
Novos Territórios	10
Territórios Rurais	14
Total	56

Fonte: SDT/MDA 2014, elaboração do autor 2018

A segunda etapa de criação dos NEDET aconteceu em 2014 para atender 183 territórios, sendo estes 88 Territórios da Cidadania (TC), 64 Novos Territórios (NT), e 31 Territórios Rurais (TR), totalizando 239 territórios atendidos. Como mostra o gráfico 1.

Gráfico 1 - Quantitativo de territórios participantes dos NEDET no Brasil



Fonte. SDT/MDA Elaboração do autor

Estes Territórios se concretizaram quando o (CNPq, 2014) lançou a Chamada Pública CNPq/MDA/SPM-PR N° 11/2014 - Apoio à implantação e manutenção de Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial.

Neste contexto no Centro de Formação de Professores (CFP) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) foi implantado o Projeto de Núcleo em Desenvolvimento Territorial (NEDET), sendo o Instituto Federal de Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), proponente do projeto multiterritorial abrangendo o Território Alto Sertão e o Território Vale do Piranhas.

O NEDET começou a atuar no Território Rural Alto Sertão em maio de 2015 sob a coordenação do Professor Doutor Josias de Castro Galvão (UFCG), e a coordenação multiterritorial do Alto Sertão e Vale do Piranhas através do Professor Doutor Francisco Roselândio Botão Nogueira (IFPB). Vê como proposta inicial a coleta de informações, dados e reunir documentos com a finalidade aplicar um diagnóstico no território, além de um conjunto

de iniciativas e parcerias com assistência técnica e extensão rural que esteve em andamento no espaço de atuação do Colegiado do Território.

Através do diagnóstico foi aferido que existia uma comissão provisória no qual tratou da homologação do Colegiado, da Comissão Executiva e do Núcleo Técnico sendo composto por 05 membros de cada setor.

Comissão Executiva Órgãos Públicos: prefeitura municipal de Monte Horebe, Poço Dantas, São João do Rio do Peixe, Cajazeiras e Santa Helena; Órgãos da Sociedade Civil: Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Santarém hoje Joca Claudino e CAAASP.

Núcleo Técnico Órgãos públicos: EMATER Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do município de Cajazeiras, Cachoeira dos Índios, Prefeitura municipal de Santarém, Bonito de Santa Fé, São João do Rio do Peixe. Sociedade civil: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Poço Dantas, São João do Rio do Peixe, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cajazeiras, Santarém atualmente Joca Claudino e CAAASP.

O Núcleo Técnico do território do Alto Sertão tem as funções de elaboração de projetos e realizar o acompanhamento destes projetos no território. Demais Instâncias Técnicas, Temáticas ou de representação de segmentos sociais, Câmaras Temáticas, Comitês Setoriais ainda estavam em construção, tinha como principal obstáculos/entraves à questão política, financeira, articulação.

O NEDET Alto Sertão tem como função assessorar e articular as entidades públicas (SDT, MDA, Prefeituras, Universidades, Bancos Públicos), Sindicatos dos Trabalhadores e trabalhadoras Rurais (STTR) e Entidades sociais (CPT, CAAASP, associações e cooperativas, grupos de mulheres), para contribuir com a superação das desigualdades de renda e gênero².

Além de reestruturar o território, o NEDET Alto Sertão realizou diversas atividades entre elas: 91 Visitas de Mobilização, 60 Visitas para coleta de dados, 10 Plenárias territoriais, 09 oficinas, 112 reuniões, 33 Reuniões da equipe Alto Sertão, 09 Reuniões coordenação Territorial, 12 Encontros, 11 Encontros de convidados, 02 Encontros comunitários, 09 Diagnósticos do Território do Alto Sertão.

Para o desenvolvimento de projetos, o NEDET/Alto Sertão atuou em parceria com o Colegiado (provisório), sendo indispensável à participação dos representantes do Colegiado Territorial, que é uma instância do Território e se reúnem em Plenária Geral ao menos duas

² Conforme orientações Gerais chamada do Projeto CNPq/MDA, 2013.

vezes por ano, para realizar oficinas temáticas, reuniões com propostas para apreciação de projetos e execução de ações.

O NEDET Alto Sertão articula os municípios e apoia o território, contudo é a Plenária Geral do Colegiado quem acata as decisões e delibera sobre as propostas das demandas referentes ao Território. Essa é uma forma de consolidar o fortalecimento da gestão social, da articulação de políticas públicas, especialmente para as mulheres.

Em 2015, o NEDET trabalhou com ações de grande relevância para o desenvolvimento territorial, em que foram realizadas três plenárias de suma importância para reestruturação do Território Alto Sertão. A primeira plenária foi a da apresentação do NEDET e o debate sobre Projeto de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (PROINF).

Já na segunda plenária foi aprovado o PROINF 2015. Além da reunião com a comissão provisória que iria elaborar o Regimento Interno do Colegiado Alto sertão/PB. Na III Plenária foi feita a votação do Regimento Interno e Regularização do Colegiado, criação do Comitê de Inclusão Produtiva, ficando decidido nesta mesma plenária que o colegiado se reuniria de três em três meses, além do ponto de pauta que foi o PROINF 2015 em que o mesmo teve o parecer aprovado.

O Colegiado territorial é a principal instância de gestão dentro dos territórios rurais criados pelo SDT/MDA. São os principais atores colegiados com direito a voz e voto, pela participação e pela gestão social exercendo suas relações de poder como mostra a tabela 3.

Tabela 3 - Composição do Colegiado e Representação Social

Poder Público X Sociedade Civil	Plenária		Núcleo Dirigente		Núcleo Técnico	
	Nº Entidades	%	Nº Entidades	%	Nº Entidades	%
Poder Público	14	43,75	10	52,6	8	47,1
Sociedade Civil	18	56,25	9	47,4	9	52,9

Fonte de Dados: Base de dados Colegiados em Rede/SGE

O NEDET em parceria com o MDA e Secretaria de Juventude do Estado, organizou e realizou no dia 25 de setembro de 2015 a 2ª Conferência Territorial das Juventudes Rurais em que a juventude rural dos 15 municípios do Território Alto Sertão foi articulada para a cidade de Cajazeiras – PB. A conferência foi realizada no Auditório Central da UFCG.

A mobilização para as conferências contribuiu para a reorganização dos comitês de juventudes no Território Alto Sertão, e também para a discussão do Plano Nacional de

Juventude e Sucessão Rural, que foi lançado pela presidenta Dilma Vana Rousseff em 2016. Foi um evento de grande importância em que os jovens tiveram a oportunidade de discutir e elaborar propostas e reivindicações em torno dos diversos eixos temáticos, como mostra o quadro 2:

Quadro 2 - Eixos temáticos da 1ª Conferência Territorial das Juventudes Rurais

<p>EIXO I Direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil e Direito a Comunicação e à Liberdade de Expressão.</p>
<p>EIXO II Direito à Educação, Direito à Cultura e Direito ao Desporto e Lazer.</p>
<p>EIXO III Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda.</p>
<p>EIXO IV Direito à Diversidade, à Igualdade e Direito à Segurança Pública e ao Acesso à Justiça.</p>
<p>EIXO V Direito à Saúde e Direito à Sustentabilidade e ao Meio Ambiente</p>
<p>EIXO VI Direito ao Território e à Mobilidade</p>

Fonte: Elaborado pelo Autor 2018

Na conferência foi debatida em plenária, propostas para apreciação e aprovação, que seriam levadas para a conferência Estadual e por último para a conferência Nacional, onde foram eleitos delegados para Composição do Comitê de Juventude do colegiado do território Alto Sertão, além da aprovação do 1º REGIMENTO DA 2ª CONFERÊNCIA TERRITORIAL DA JUVENTUDE RURAL DO TERRITÓRIO ALTO SERTÃO – 2015.

Com o número de 150 participantes, sendo 44 organizações e 05 comunidades tradicionais, sendo elas: Assentamento Santo Antônio, Assentamento Valdeci Santiago, Assentamento Santa Cecília, Assentamento Frei Damião, Assentamento Três Irmãos. Com 15 municípios participantes: Cajazeiras, Cachoeira dos Índios, Bom Jesus, São José de Piranhas, Bonito de Santa Fé, Monte Horebe, Carrapateira, Santa Helena, Uiraúna, São João do Rio do Peixe, Bernardino Batista, Joca Claudino, Poço José de Moura, Triunfo, Sousa (DADOS NEDET/NAESP, 2015).

A Paraíba foi o único Estado do País que realizou as conferências em todos os 15 territórios e a conferência de juventude no Alto Sertão foi uma das mais elogiadas na

Conferência Estadual da Juventude pela sua organização e comprometimento da Comissão Organizadora Territorial (COT).

No dia 11 de dezembro de 2015, o NEDET/Alto Sertão realizou, no município de Cajazeiras a II CONFERÊNCIA MULTITERRITORIAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM EXTENSÃO RURAL (ATER) DOS TERRITÓRIOS ALTO SERTÃO E VALE DO PIRANHAS. Com um total de 117 participantes, 68 participantes do Território Alto Sertão, 48 do Território Vale do Piranhas.

Os participantes se dividiram em três grupos de trabalho (Eixos), através de escolha feita pelos participantes no ato do credenciamento. Eixo 1: Sistema Nacional de ATER-Fortalecimento institucional, estruturação, gestão e financiamento e participação social; Eixo 2: ATER e políticas públicas para a agricultura familiar; Eixo 3: Formação e construção de conhecimento na ATER;

Após formulação das proposições nos eixos temáticos e transversais, houve a socialização em Plenária. Foram eleitos os delegados e suplentes para participar da Segunda Conferência Estadual de ATER. Foram eleitos 14 delegados/as do território Alto Sertão e 10 delegados/as do território Vale do Piranhas.

No ano de 2016 ocorreram plenárias sobre (PROINF) 2015 e PROINF 2016 especial para mulheres, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) Campo, em que foram solicitados 24 (vinte e quatro) cursos, distribuídos em 09 (nove) municípios, sendo 35 (trinta e cinco) comunidades rurais beneficiadas no Território.

Foram realizadas na CPT e Instituto Frei Beda de Desenvolvimento Social IFBDS Capacitação sobre selo/inspeção sanitária de produtos da agricultura familiar; oficinas de silagem; oficinas de quintais produtivos com reúso da água; Conferência Estadual de ATER; com o intuito de proporcionar uma melhor qualificação das ações direcionadas, que por sua vez são definidos a partir de questões relevantes e das demandas e necessidades e assim contribuir com o desenvolvimento territorial e rural.

Realizou-se também o levantamento dos grupos de mulheres para o I Seminário Multiterritorial de Políticas Públicas para Mulheres da Paraíba nos dias 20 e 21 de julho do ano de 2016 em Cuité/PB, onde foram eleitas sete mulheres para participação do seminário e também foram realizadas oficinas para a capacitação de voluntários do Programa das Arcas das Letras do Governo Federal.

2.1 Programa Arca das letras

Na luta pela reforma agrária, a demanda por bibliotecas, afirma Soares (2007), começou a fazer parte de pautas e reivindicações dos movimentos sociais e sindicais, pela luta e incentivo no que tange o desenvolvimento educacional, cultural, e do trabalho, no campo. Essas demandas faz-se presente nas últimas pautas do Grito da Terra³, assim como na conquista de outros programas, PRONAF, PNATER, PRONATER, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e de outros grupos da sociedade civil organizada.

Surge também outro projeto de grande importância pelo Governo Federal, a partir do Ministério da Cultura (MinC), que foi o Plano Nacional de Leitura e livro (PNLL), com proposta de implantar bibliotecas em todos os municípios. O MDA seguindo o modelo do PNLL elabora o Programa Arca das Letras (Martins, 2014, p. 82).

O Programa Arca das Letras além de implantar bibliotecas no campo ele também forma agentes de Leitura locais para atuar nesses espaços. Ampliando as possibilidades de acesso a leitura das comunidades e assentados que vivem no campo. Atualmente o programa está sobre a responsabilidade da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD).

No Brasil, de acordo com dados do Painel de Indicadores Gerenciais da Secretaria de Reordenamento Agrário, considerando a atualização do dia 18 de Maio, até o primeiro semestre de 2016 foram implantadas no Brasil, 11.030 Bibliotecas Rurais Arca das Letras, beneficiando 2.418 municípios e, por conseguinte, 2.371.283 famílias com um total de 1.219.531 livros distribuídos. O objetivo principal das minibibliotecas Arca das Letras é contribuir para que populações rurais tenham acesso a livros, em localidades rurais de assentado/as da reforma agrária, remanescentes de quilombos, pescadores, indígenas, ribeirinhos, dentre outros. Ainda, segundo o MDA, visa a reduzir desigualdades sociais: o programa é um organismo de inclusão e estratégia de acesso à informação do ponto de vista geográfico (Brasil, 2013, p. 1).

³ Mobilização de caráter reivindicatório, da agenda sindical da Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura (CONTAG), desde 1995, com apoio das Federações Sindicais Estaduais (FETAG's) e dos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR). Reúne agricultores/as familiares, trabalhadores/as sem-terra e assalariado/as rurais do país, em Brasília.

Na Paraíba, foram entregues até Janeiro de 2016, o total de 411 bibliotecas em 101 municípios e 822 Agentes de Leitura⁴ participaram da formação, beneficiando comunidades e assentamentos rurais, sendo o Território Alto Sertão – PB, atendido com 12 bibliotecas, com 12 kits respectivamente. Os estados que tem o maior quantitativo de bibliotecas Arca das Letras entregues são o Ceará (1.597), Santa Catarina (1.126), Minas Gerais (967), Rio Grande do Norte (717), Pará (585) e Piauí (548), através dos dados do painel de indicadores percebemos que o programa em seu quantitativo, veio a demonstrar as demandas de regiões consideradas de extrema pobreza no caso de estados que estão inseridos no semiárido.

2.2 Implantação do Programa Arca das Letras no Alto Sertão Paraibano

O Programa Arca das Letras do MDA tem parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e propõe incentivar a leitura da população rural. O Território Alto sertão foi contemplado por esta iniciativa, resultado de plenária realizada com o Colegiado Territorial, através do processo de Assessoria do Núcleo de Extensão e Desenvolvimento Territorial (NEDET) Alto Sertão UFCG sediado no Campus Cajazeiras.

A biblioteca do Programa Arca das Letras, em termos físicos Figura, 1 é estruturada com um kit expositor para organização da minibiblioteca, contendo 120 (cento e vinte) títulos impressos (um exemplar de cada), 08 (oito) DVDs contendo 80 (oitenta) reportagens de programa Dia de Campo na TV e 08 CDs contendo 160 (cento e sessenta) programas de rádio, prosa rural.

Figura 1 - Biblioteca Arca das letras



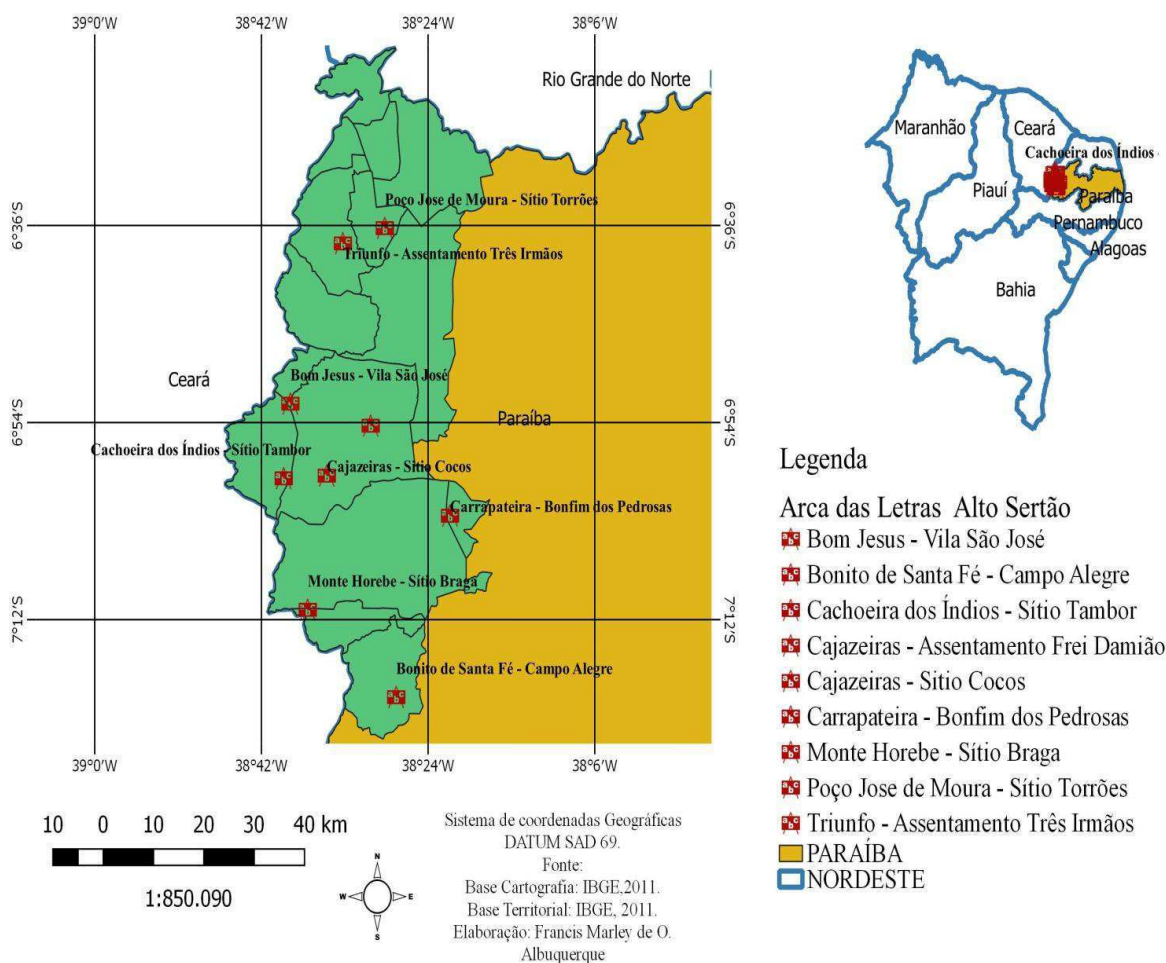
Fonte: NEDET/UFCG, 2018

⁴ Agentes de leitura são responsáveis pela manutenção da biblioteca, conservação dos livros, promoção do incentivo a leitura, salientando que estas atividades são exercidas de forma voluntária.

A seleção das comunidades beneficiadas ficou a critério das instâncias coletivas territoriais, durante plenárias do Território Alto Sertão. Após a seleção das comunidades que receberiam as minibibliotecas e aprovação nos Colegiados Territoriais, os municípios proponentes elaboraram os projetos e os termos de compromisso. O Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET) Alto Sertão foi responsável pelo envio dos projetos à Coordenação Nacional do Programa Arca das Letras.

Os municípios contemplados com as minibibliotecas foram: Monte Horebe comunidade Sítio Braga; Triunfo Assentamento Três Irmãos; Bonito de Santa Fé comunidade Campo Alegre; Cajazeiras -Assentamento Frei Damião e Sítio Cocos; Bom Jesus - Vila São José; Carrapateira comunidade Bonfim dos Pedrosas; Cachoeira dos Índios - Sítio Tambor; Poço Jose de Moura - Sítio Torrões. No Mapa 2 é possível demonstrar a distribuição geográfica das minibibliotecas.

Mapa 2- Distribuição das Arcas das Letras no Território Alto Sertão



Fonte : IBGE 2011, Elaborado pelo autor 2018

Depois de aprovados, ocorreram os processos de formação dos agentes de leitura responsáveis pelo funcionamento das minibibliotecas. A formação dos Agentes de Leitura das 12 minibibliotecas Arca das Letras/Embrapa foi realizada no auditório do STTR - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cajazeiras, presidido pelo senhor Rildo Soares Maciel (Rildo do Sindicato) *in memoria*.

Nessa formação foram reunidas 56 pessoas, sendo 24 dos participantes agentes de leitura. Com a realização de oficina sobre Arca das letras, foi possível compreender a dimensão do programa, o quanto se faz importante para ampliação do conhecimento e articulação dos jovens camponeses.

Foi um momento de articulação e de trazer a luz, análise da conjuntura política atual que o país está passando, ressaltando-se a importância da leitura que precisa ser estimulada nas diversas comunidades, mecanismo de politização para crianças e adolescentes das comunidades rurais que do Território Alto Sertão.

3. ACOMPANHAMENTO DAS ARCAS DAS LETRAS

Nesse capítulo serão relatados os resultados obtidos das visitas de acompanhamento realizadas nas comunidades dos municípios pertencentes ao Território Alto Sertão, bem como das coletas de dados efetuadas a fim de cumprir o objetivo que é o acompanhamento das Arcas das Letras. Inicialmente, serão apresentados os dados relativos às visitas realizadas às comunidades, e os relatos dos agentes de leitura com a intenção de levantar dados e informações sobre o período de implantação e atuação do programa nas comunidades estudadas.

Após, os relatos faremos a discussão acerca da avaliação e monitoramento do funcionamento das bibliotecas do Programa Arca das Letras, que é de suma importância para a fundamentação do trabalho e se constitui como uma ferramenta de investigação para obtenção de dados referentes a pesquisa.

3.1 Descrições do acompanhamento do Programa Arca das Letras em algumas comunidades rurais do Território Alto Sertão.

Foram aqui descritos o andamento do Programa Arca das Letras nas comunidades que receberam o Programa Arca das Letras. Diante da propositura do acompanhamento, procuramos como se dava a atuação do Agentes de leitura, da organização dos espaços onde Arcas estão instaladas, como se dava o acesso da comunidade ao Programa Arca das Letras. Chegamos a constatar que em algumas comunidades rurais estavam sem agentes de leitura⁵, em outras comunidades rurais não tinham leitores inscritos na biblioteca⁶ e alguns casos os livros eram pegos para reprodução através de Xerox.

Na comunidade de São José Município de Bom Jesus, o acervo estava sendo acessado pela comunidade em geral e pelos professores da própria escola nas atividades em sala de aula, pelos alunos do EJA (Educação de Jovens e Adultos). As atividades mais realizadas com a utilização dos conteúdos dos livros eram: dramatizações com temas referentes à água e sementes, plantio de hortaliças, e a confecção de tortas.

⁵ Mobilizador de ações culturais, sendo responsável pela gestão da biblioteca, das atividades de empréstimo, guarda e mediação de leitura.

⁶ Cada biblioteca conta com um formulário de empréstimo de livros para que o leitor possa desfrutar da leitura em casa.

Isso nos faz refletir que o objetivo principal do programa Arca das Letras estava sendo posto em prática pois além da leitura do acervo, os livros ajudam na prática do cultivo de hortaliças. O programa tem como objetivo de promover as rodas de leitura através dos agentes de leitura e empréstimos de livros aos alunos e à comunidade em geral.

No Distrito de Tambor em Cachoeira dos Índios foi possível conhecer um pouco da realidade do Programa Arca das Letras. Onde o programa não estava atuando, identificamos que a biblioteca que deveria estar instalada nesse local, não estava funcionando e que a mesma não foi entregue a comunidade. O material se encontrava dentro das caixas em que foram entregues no NEDET/UFMG.

Contudo mesmo sem a entrega do Programa Arca das Letras a comunidade o funcionamento da biblioteca não estava comprometido, os livros eram usados frequentemente pelos professores da escola, isso incluía os CDs e DVDs, frisamos que essa atitude é de grande importância, porque demonstra o compromisso de promover a inclusão da leitura. No momento do acompanhamento foi frisado a importância do projeto e que a biblioteca deveria funcionar o quanto antes para atender toda a comunidade em geral e que a escola precisa disponibilizar o acervo a comunidade realizando atividades participativa com todos.

Outro acompanhamento realizado foi na comunidade do Cacaré, onde sempre fomos bem recebidos pelo presidente e tesoureira do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do município de São José de Piranhas. Pudemos observar que as atividades e uso da biblioteca do Projeto Arca das Letras nesta comunidade vem surtindo bastante frutos com relação ao hábito da leitura, devido a mobilização dos seus agentes de leitura figura importante neste processo.

Atualmente, a biblioteca da comunidade do Cacaré funciona na sala de leitura da escola municipal da comunidade, o espaço em que a biblioteca funciona é bem organizado, e são realizadas rodas de leitura, empréstimos do acervo com um número de vinte e sete inscritos na biblioteca.

Na comunidade da Serra do Vital do mesmo município, a biblioteca do Projeto Arca das Letras funciona na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental José Mariano Filho. A agente de Leitura organizou um espaço onde as crianças, jovens e adultos fazem as suas leituras, pois além das aulas com alunos do fundamental I na escola também funciona aulas com alunos do EJA- Educação de Jovens e Adultos, proporcionando um ambiente de

acesso a informação e lazer. Até o momento do acompanhamento, tinham um número de trinta e cinco leitores inscritos na biblioteca.

Já no acompanhamento do Programa Arca das Letras no município de Carrapateiras a situação do acervo Arcas das letras na comunidade de Baixas estava da seguinte forma: a escola da comunidade onde o projeto estava instalado teve de ser fechada. Contudo, a secretária de educação tomando ciência que a biblioteca tinha que ser implantada, pleiteou outra comunidade rural para receber a biblioteca Arca das Letras, sendo escolhida a comunidade de Baixas.

No momento do acompanhamento foi feita uma abordagem sobre o que é o projeto Arca das Letras e qual sua finalidade e quais as responsabilidades dos agentes de leituras estes que são responsáveis pelo acervo.

Na comunidade de Cachoeira dos Cocos, no município de Cajazeiras a situação era diferente, pois com a perda de mandato da gestão municipal de Cajazeiras, a gestão da escola conseqüentemente foi mudada e os agentes de leitura desistiram da atuação na biblioteca Arca das Letras.

Um ponto a ser destacado é que a saída dos Agentes de Leitura a professora da escola, se propôs a atuar como Agente de Leitura onde a mesma realizará, rodas de leitura, atividades de incentivo a leitura junto a comunidades, tapete de leitura, também a semana da leitura, e com isso o fortalecimento do Programa Arca das Letras. Constatamos através do documento de empréstimos que já tinham 114 leitores inscritos na biblioteca, fora os novos empréstimos que ainda não foram catalogados.

Situação parecida acompanhamos no Assentamento Frei Damião, no município de Cajazeiras, a biblioteca não estava funcionando e nem tinha sido entregue a comunidade. Como justificativa apresentada por uma das agentes de leitura, é que o espaço em que a biblioteca seria instalada que fica na associação comunitária local, estava passando por reformas, dessa forma o acervo estava lacrado. Contudo os agentes de leitura responsáveis pelo programa na comunidade se responsabilizaram de fazer a entrega da biblioteca o mais breve possível.

Em acompanhamento realizado na sede do Sindicato dos Trabalhadores e trabalhadoras Rurais do município de Poço José de Moura, entidade proponente do projeto. Segundo a responsável pelo recebimento do projeto Arca das Letras foi destinado ao sindicato rural, de acordo com o Agente de Leitura o programa Arca das Letras tem funcionado muito

bem, com a realização de empréstimos de livros do acervo para os agricultores e quando os pais levam as crianças, fazem leitura e mostram os livros e os jogos infantis, enquanto aguardam o atendimento. Os principais empréstimos de livros, são os livros voltados para o tema da agroecologia, medicina natural e de receitas, ao todo foram registrados empréstimos de 10 livros.

3.2 Discussão do acompanhamento do Programa Arca das Letras

O Programa Arca das Letras por ser um Programa e também uma Política Pública de incentivo à leitura em localidades rurais vem alcançando comunidades que antes não tinham acesso às políticas de incentivo a leitura e a informação. Que mesmo não sendo nos moldes de uma biblioteca pública com um acervo amplo, é um programa que vem promovendo inclusão social e cultural nas comunidades rurais.

Ficou constatado que apareceram pequenos problemas com relação à instalação e funcionamento da biblioteca, evidenciado por algumas comunidades que ainda não instalaram a biblioteca, mesmo com o kit a disposição, ocasionada por reformas nos ambientes onde será instalada a biblioteca. Contudo as bibliotecas estão em pleno funcionamento e na sua maioria em escolas localizadas em comunidades rurais, e uma funcionando no Sindicato dos Trabalhadores Rurais promovendo cidadania.

Identificamos também comunidades que apresentaram propostas boas de incentivo a leitura e considerável empréstimos de livros para os usuários onde segundo um dos agentes trouxe desenvolvimento sociocultural e benefícios a comunidade, pois muitos livros atendem as necessidades local. Com uma visão geral é necessário que em algumas comunidades os agentes possam de fato incentivar a comunidade ao hábito da leitura ao prazer de se deleitar sobre os acervos.

Que as comunidades atendidas pelo programa possam renovar seu acervo, pois como muitas crianças usam estes livros é interessante que o acervo não seja repetitivo. Programas como este propiciam mudanças significativas no hábito de leitura nas comunidades rurais brasileiras. Partindo dos acompanhamentos e das observações a campo pergunta-se como ficaria o acompanhamento e as fiscalizações necessárias para a manutenção do Programa? Quem seria o responsável por realizar estas fiscalizações? Estas questões são pertinentes e precisam ser discutidas, não com o propósito de procurar defeitos ou problemas, pelo

contrario, mas para estabelecer soluções e melhorias visando ampliar a capacidade e ampliar o Programa Arca das Letras.

Criar estratégias e instrumentos de acompanhamento do Programa Arca das Letras, permite adotar informações que tracem o destino das novas Bibliotecas a serem implantadas, de modo que o Programa possa atender às reais necessidades dos moradores das áreas rurais, melhorando a informação e a qualidade de vida das pessoas do campo. Participar de reuniões territoriais nos permitem uma visão real da construção e implantação de Políticas Públicas que visem o crescimento social e cultural e de aproximação com a realidade e a importância de Programas como a Arca das Letras na vida das pessoas, percebemos que a nossa participação na vida das comunidades e entidades atendidas não é apenas por uma questão de disseminação da leitura, mas de valorização de vidas e de contribuição cultural.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Geografia assumiu o viés e o papel de pensar o desenvolvimento, isto é, de construir o discurso e a prática do desenvolvimento, propõe a aproximação do conteúdo da geografia que pensa o desenvolvimento, em busca de uma composição propositiva. O caminho, portanto, assinala para a necessidade assumir o território como espaço socialmente organizado, com seus saberes, e olhares para o novo, na qual se deve conceber a dinâmica da construção, da vivência e do enfrentamento da hegemonia dominante.

A política territorial representa um avanço no que tange a diminuição das desigualdades sociais. Pois foi através de um governo voltado para as questões sociais que vislumbrou o desenvolvimento territorial, de maneira que possibilitasse uma dinâmica maior das atividades da agricultura familiar e em tese a libertação de entraves econômicos e sociais vividos durante décadas, pensada para ser uma política perene e equitativa.

A percepção até aqui obtida neste trabalho é que este novo modelo político acontece. Onde, o diálogo nas plenárias entre poder público e sociedade civil, a articulação dos atores ainda não está totalmente amadurecido, pelo fato de algumas autarquias não entenderem o propósito do desenvolvimento territorial. A nosso ver através das participações em plenárias, das articulações, mobilizações, que estas plenárias acontecem pela exigência de quórum e aprovação coletiva, como definição e recepção dos recursos Federais ou programas como é o caso do programa Arca das Letras.

O Programa Arca das Letras promove e estimula à leitura por meio de agentes formadores de leitores sua função não é somente distribuir livros. Os agentes exercem trabalho voluntário importante, e são escolhidas pela própria comunidade. A valorização desse tipo de biblioteca está no modo como ela é trabalhada pelo agente de leitura, sendo um ferramenta capaz influenciar e formar pensamentos críticos, mediante a leitura e o conhecimento recebido.

Apesar da biblioteca rural Arca das Letras não possuir um grande acervo, promove a inclusão social, contribuindo para dirimir a falta de informação que antes não chegavam a estas localidades rurais. Foi possível observar que algumas Arcas são mais articuladas graças ao trabalho dos agentes de leitura.

Percebeu-se que funcionam predominantemente nas sedes de escolas na zona rural dos municípios que foram contemplados e que a maioria dos usuários são crianças, jovens e adultos e vários casos as crianças é que fazem as leitura para os pais, comprovando a melhoria

cultural destas comunidades. É importante que estas Arcas estejam atreladas as questões ambientais, a agricultura e cidadania promovendo o desenvolvimento sociopolítico e cultural das comunidades.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial **Referências para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável no Brasil**. Brasília: SDT/MDA, 2005.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – CONDRAF RESOLUÇÃO Nº 94 DE 23 DE MAIO DE 2013.

COSTA, Rogério H. da (Rogério Haesbaert da), 1958- **O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**/Rogério Haesbaert.-3ª ed.-Rio de Janeiro: Bertrand Brasil,2007.

FERREIRA, R. de S. **Itinerário da Política Pública: o caso do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais**. *Revista IDeAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade*, Rio de Janeiro – RJ, v. 6, n. 2, 2012.

IBGE **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias** : 2017 / IBGE, Coordenação de Geografia. - Rio de Janeiro : IBGE, 2017.

IFPB- INSTITUTO FEDERAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAIBA- Campus Sousa - Disponível em < <http://projetos.naesp.eco.br/projects/nedeta/documents> > Acesso em 20-02-2018.

MAANEN, John Van. **Reclaiming qualitative methods for organizational research: a preface**, *In Administrative Science Quarterly*, vol. 24, no. 4, December 1979.

MARTINS, C.W.S. **Plantando bibliotecas para colher desenvolvimento**: análise do Programa de Bibliotecas Rurais “Arca das Letras”, no município de Codó-MA. Curitiba: CRV, 2014.

MDA Coordenação Geral de Gestão Estratégica Monitoramento e Avaliação – Disponível em < <http://nead.mda.gov.br/politica/localidade/> > Acesso em 13-03-2018.

MDA Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT Disponível em < http://sge.mda.gov.br/bibli/documentos/tree/doc_214-28-11-2012-11-32-675117.pdf > Acesso em 13-04-2017.

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO Disponível em < http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2018/notas_estatisticas_Censo_Escolar_2017.pdf > Acesso em 25-03-2018.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – Disponível em < http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_21/RG_2012_-_SDT-MDA.pdf > Acesso em 13-03-2018.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia das lutas no campo** / Ariovaldo Umbelino de Oliveira -6ª ed.- São Paulo: Contexto, 1994. (Coleção Repensando a Geografia)

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL - SDT/MDA - Disponível em < <http://sge.mda.gov.br/sge/index.html> > Acesso em 20-02-2018.

SOARES, C. C. **Arca das Letras: bibliotecas públicas rurais no Brasil**. *Congresso Internacional La Biblioteca Pública: un continente entre los continentes*. Biblioteca EPM. Comfenalco Antioquia Medellín, Colômbia, 20 a 23 de novembro de 2007.

VILLAR, Helloyse Alves dos Santos. **Programa arca das letras na comunidade Frei Anastácio, Conde-PB**: um instrumento de incentivo à leitura em comunidades rurais. / Helloyse Alves dos Santos Villar. - João Pessoa: UFPB, 2012. 60 f. il.

ANEXO

ANEXO A- ATA DE MOBILIZAÇÃO

3ª Reunião

Territórios

Reunião de Mobilização.

Data: 04/12/2008

Pauta: Criação de Territórios Rurais, no Alto Sertão Paraibano.

Local: Sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Aparecida.

Participantes: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Federação dos Apicultores da Paraíba, FETAG – Federação Dos Trabalhadores na Agricultura da Paraíba, Associações, ONGs e Sindicatos de Trabalhadores Rurais, conforme lista de presença em anexo.

Às 14:30 hs, a reunião foi iniciada sob a coordenação do Presidente do STR-Aparecida, o Sr. Antônio do Nascimento Sobrinho, o qual desejou a todos boas vindas e na oportunidade reforçou a importância de estarmos discutindo a criação do território(os), passando assim, a palavra para o delegado do MDA o Sr. Marenilson Batista da Silva o qual cede a fala para o Presidente da FETAG-PB, o Sr. Liberalino Ferreira de Lucena, que por sua vez diz que não devemos discutir a importância do território porque a criação de territórios na atual conjuntura é extremamente necessário, e também questiona sobre o formato e dimensão do território, já que o alto sertão é composto por 54 municípios.

Ao retomar a palavra o representante do MDA explica que é preciso aprofundar na compreensão dos princípios, objetivos e função político-administrativo dos territórios da cidadania, para depois então pensar a constituição dos mesmos. Os territórios constitui-se em um espaço de gestão participativa onde a sociedade civil passa a ser proponente, conhecedora e fiscalizadora dos recursos públicos que são aplicados nos municípios, recursos esses, oriundos de mais de 20 ministérios. Segundo o delegado do MDA o Sr. Marenilson, foram aplicados recursos extra-território no município de Pombal, para aquisição de um caminhão e barracas, com objetivo de fortalecer as feiras agroecológicas e no município de São João do rio do Peixe, para aquisição de máquinas de beneficiamento de arroz, foi aplicado um montante significativo de recursos e que o próprio representante do MDA não tem clareza de como estão sendo utilizados os equipamentos ou mesmo se foram adquiridos, mediante o exposto, o Sr. Liberalino, faz uso da palavra denunciando o baixo desempenho do MDA que não está acompanhando as ações que foram financiadas com os recursos públicos e critica fortemente a assistência técnica imposta pelo governo. O vereador Severino Dantas, coloca que as ações devem ser divulgadas amplamente na imprensa escrita e falada para que a população possa tomar conhecimento, a Sra. Maria de Lourdes, atual presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pombal reforça dizendo que apesar de representar uma entidade importante no seu município, não tomou conhecimento da compra do caminhão e barracas.

Fizeram uso da palavra: José Jordivan-FETAG, Gerlândia-STR-São José de Piranhas, Professor Caetano-Federação dos Apicultores/PB, Francisco Jossean-Assoc. do Assentamento Acauã, Socorro Ferreira-CPT, Josefa Alves-CAAASP, Socorro Gouveia-ASA/PB, Antônio Cleides e Marcos Santos-STR/Aguiar, onde na oportunidade, foram denunciadas: a atuação da Caixa Econômica Federal como órgão repassador, dos recursos destinados as políticas sociais do Governo Federal; a vinculação dos recursos às prefeituras e a não execução de obras, tiradas como prioridade, em reunião realizada pelo MDA, na cidade de Sousa, no ano de 2007.

Após todo o debate ficou encaminhado os seguintes pontos:

- 1- Definição dos pólos;
- 2- Reunir a Sociedade Civil e Poder Público, por pólos;
- 3- Reunião com todos os pólos;
- 4- Agenda de reuniões.